



TONY WINSTON

■ ÁREA LIBERADA NA 307 SUL: MAIORIA CUMPRIU A NOTIFICAÇÃO

Fim do prazo para "puxadinhos"

Na 307 Sul, nada de máquinas para derrubar as invasões de área irregular. No entanto, os comerciantes já começaram a se enquadrar nas regras e a respeitar o tombamento da cidade. Grande parte das lojas que invadiram a área pública dos fundos já retiraram os "puxadinhos". Ontem terminou o prazo de notificação que os comerciantes tinham para obedecer à lei.

De acordo com Antônio Alves, subsecretário de Fiscalização, quem não cumpriu deverá sofrer ação punitiva. "Se não retiraram por conta própria, agora o GDF vai agir para fazer cumprir a determinação", disse. Segundo ele, a quadra servirá de modelo para as demais comer-

ciais. "Falta definir parâmetros, mas queremos que a 307 Sul sirva de referência nessa questão dos puxadinhos", acrescentou.

Luiz Felipe Vale, 22 anos, proprietário de uma loja de tecidos, aproveitou o domingo para derrubar a área de seis metros quadrados nos fundos da loja. "Derrubei para acabar com a perturbação, mas acho que não vai funcionar para todo mundo. Tive um prejuízo de R\$ 5 mil com essa demolição e cerca de 40% da mercadoria teve que ser transferida para uma outra loja, no Gama", comentou.

Já os proprietários da Pão Mix esperaram até o último momento para cumprir a notificação. Somente na tarde de on-

tem, retiraram o toldo fixado na varanda externa do estabelecimento. "Eu sei que estou errada, mas preciso da área para atender meus clientes", reclamou Similda Pereira, 33 anos, sócia do negócio. Mas ela não acredita que a medida funcione por muito tempo. "Duvido que regularizem de verdade", emendou.

■ Padronização

Enquanto as ações não começam, o Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) e a Secretaria de Desenvolvimento Urbano discutem a padronização dos puxadinhos. A idéia é achar meio que não afete o tombamento da cidade e ao mesmo tempo não

prejudique os comerciantes.

"Está uma desordem essa questão das invasões. Esse problema de ocupação de áreas públicas tem que ser resolvido em Brasília. Queremos encontrar uma alternativa que não afete o tombamento e não prejudique os comerciantes", afirmou o superintendente do Iphan, Alfredo Gastal.

Segundo ele, na primeira quinzena de abril os dois órgãos apresentarão uma proposta ao governador. "Estamos empenhados em resolver o problema. Queremos uma medida eficaz e definitiva", completou. Na sexta-feira, a Secretaria de Desenvolvimento Urbano discutirá o tema com o governador.